

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
REQUERENTE : RENATO ERBETT MILBRATZ
ADVOGADO : JOSE OSORIO SALES VEIGA (78735/SP)
REQUERIDO : TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
VICE-PRESIDÊNCIA/CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) - [Prestação de Contas - De Candidato]
Processo nº 0601491-65.2022.6.27.0000
REQUERENTE: RENATO ERBETT MILBRATZ
ADVOGADO: JOSE OSORIO SALES VEIGA - OAB/SP78735
REQUERIDO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
FISCAL DA LEI: PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS
RELATOR: DESEMBARGADOR JOÃO RODRIGUES FILHO

DECISÃO

Cumprimento de sentença proposto pela União, representada pela Advocacia-Geral da União, em face de RENATO ERBETT MILBRATZ, candidato ao cargo de Deputado Federal nas Eleições de 2022 pelo partido Rede Sustentabilidade - REDE, em razão do Acórdão do TRE/TO (ID 9994568), que determinou a devolução de valores ao Tesouro Nacional, no montante de R\$ 72.990,00, referente a não apresentação de documentos fiscais que comprovassem a regularidade dos gastos eleitorais realizados com recursos do FEFC

As partes informaram a celebração de acordo de parcelamento extrajudicial do débito, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme documentação anexa (blocos de IDs 10197558 e 10203620).

Nesse contexto, a União postulou a suspensão do processo, nos termos dos arts. 313, II, 921, I, e 922 do CPC, até o cumprimento integral da avença ou até ser requerido o prosseguimento da execução em razão de eventual inadimplemento; ressaltando que eventuais constrições efetivadas sobre os bens da parte executada devem permanecer até a total quitação da dívida.

Ante o exposto, defiro o pedido da União, representada pela Advocacia-Geral da União, e determino a suspensão do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 313, II c/c o art. 922 do Código de Processo Civil.

À SJI para certificar sobre eventuais registros/constrições promovidas nos autos e providências necessárias, nos termos requeridos pela exequente, se for o caso.

Intimem-se.

Palmas-TO, datado e assinado eletronicamente.

Desembargador JOÃO RODRIGUES FILHO

Relator

PROPAGANDA PARTIDÁRIA(11536) Nº 0600199-40.2025.6.27.0000

PUBLICAÇÃO EM : 02/12/2025

PROCESSO : 0600199-40.2025.6.27.0000 PROPAGANDA PARTIDÁRIA (Palmas - TO)

RELATOR : Gabinete Vice-Presidência - Desembargador João Rodrigues Filho

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

REQUERENTE : PODEMOS

ADVOGADO : ALESSANDRO MARTELLO PANNO (161421/RJ)

ADVOGADO : ALEXANDRE BISSOLI (298685/SP)

ADVOGADO : ANDRE CAIXETA DA SILVA MENDES (472323/SP)
ADVOGADO : ANDRE MELO AMARO (359106/SP)
ADVOGADO : RODRIGO JORGE XAVIER DE SOUZA (149775/RJ)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

VICE-PRESIDÊNCIA/CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

PROPAGANDA PARTIDÁRIA (11536) - [Veiculação de Propaganda Partidária - Em Inserções]

Processo nº 0600199-40.2025.6.27.0000

REQUERENTE: PODEMOS

ADVOGADO: ANDRE CAIXETA DA SILVA MENDES - OAB/SP472323

ADVOGADO: ANDRE MELO AMARO - OAB/SP359106

ADVOGADO: ALEXANDRE BISSOLI - OAB/SP298685

ADVOGADO: RODRIGO JORGE XAVIER DE SOUZA - OAB/RJ149775

ADVOGADO: ALESSANDRO MARTELLO PANNO - OAB/RJ161421

FISCAL DA LEI: PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

RELATOR: DESEMBARGADOR JOÃO RODRIGUES FILHO

DECISÃO

Requerimento formulado pelo Diretório Estadual do PARTIDO PODEMOS (PODEMOS/TO), protocolado em 3 de novembro de 2025, para veiculação de Propaganda Partidária Gratuita no rádio e na televisão, na modalidade de inserções, referente ao primeiro semestre de 2026. O pedido foi realizado por meio do Sistema de Gerenciamento de Propaganda Partidária Gratuita - SisAntena.

A Secretaria Judiciária e Gestão da Informação informou que o pedido se baseia na legislação federal e normas eleitorais, incluindo a Lei nº 9.096/1995 (alterada pela Lei nº 14.291/2022), a Resolução TSE nº 23.679/2022 e a Portaria TSE nº 460/2025, que divulgou a atribuição do tempo de propaganda. O cumprimento da cláusula de desempenho e a proporção de tempo são aferidos conforme os Anexos I e II da Portaria TSE nº 460/2025.

O Ministério Público Eleitoral (MPE) manifestou-se pelo deferimento do pedido.

É o relatório. Decido.

O requerimento está tempestivo, pois foi protocolado dentro do prazo de 1º a 14 de novembro, previsto no art. 6º, inciso I, da Resolução TSE nº 23.679/2022, para veiculação no primeiro semestre do ano seguinte.

O direito ao acesso gratuito ao rádio e à televisão é assegurado aos partidos políticos que preencham a cláusula de desempenho, prevista no art. 17, § 3º, da Constituição Federal, sendo que, para a legislatura seguinte às eleições de 2022, os critérios estão definidos no art. 3º, parágrafo único, inciso II, da Emenda Constitucional nº 97/2017, *in verbis*:

Art. 3º O disposto no [§ 3º do art. 17 da Constituição Federal](#) quanto ao acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão aplicar-se-á a partir das eleições de 2030.

Parágrafo único. Terão acesso aos recursos do fundo partidário e à propaganda gratuita no rádio e na televisão os partidos políticos que:

I - na legislatura seguinte às eleições de 2018:

a) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 1,5% (um e meio por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% (um por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou

b) tiverem elegido pelo menos nove Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação;

II - na legislatura seguinte às eleições de 2022:

a) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% (dois por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% (um por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou

b) tiverem elegido pelo menos onze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação;

III - na legislatura seguinte às eleições de 2026:

a) obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2,5% (dois e meio por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1,5% (um e meio por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou

b) tiverem elegido pelo menos treze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

O art. 50-B, § 1º, da Lei nº 9.096/95, estabelece o tempo de propaganda na proporção da bancada eleita, nos seguintes termos:

I - Mais de 20 Deputados Federais eleitos: 20 minutos por semestre (40 inserções de 30 segundos).

II - Entre 10 e 20 Deputados Federais eleitos: 10 minutos por semestre (20 inserções de 30 segundos).

III - Até 9 Deputados Federais eleitos: 5 minutos por semestre (10 inserções de 30 segundos). (O tempo é o mesmo para as redes nacionais e estaduais) .

Conforme a Portaria TSE nº 460/2025 (Anexo II):

- O PODEMOS elegeu 20 (vinte) Deputados Federais nas Eleições Gerais de 2022.

- Na aferição da cláusula de desempenho (Anexo I), o partido obteve 5,08% dos votos válidos e elegeu 20 Deputados Federais distribuídos em 21 Unidades da Federação com pelo menos 1% dos votos válidos em cada uma, cumprindo, assim, os requisitos do Art. 3º, II, 'a' e 'b', da EC nº 97 /2017.

- A bancada de 20 Deputados Federais enquadra o partido na faixa do inciso II do art. 50-B, § 1º, da Lei nº 9.096/95.

- Dessa forma, o PODEMOS tem direito a um total de 10 (dez) minutos de propaganda partidária semestral em rádio e televisão, o que corresponde a 20 (vinte) inserções de 30 (trinta) segundos.

O Ministério Público Eleitoral consignou que o PODEMOS preencheu os requisitos legais e constitucionais e faz jus à cota de 10 minutos (20 inserções), pugnando pelo deferimento do pedido. Registre-se que as veiculações deverão ser realizadas de acordo com o agendamento de inserções apresentado pelo SisAntena, devendo o partido guardar fiel observância ao disposto nos arts. 50-A a 50-D da Lei nº 9.096/1995, em especial quanto ao uso exclusivo da propaganda para os fins previstos em lei (difundir programas, transmitir mensagens aos filiados, divulgar posição do partido, incentivar filiação e promover participação de mulheres, jovens e negros); à vedação de propaganda de candidatos, defesa de interesses pessoais ou de outros partidos, ou outras formas de propaganda eleitoral; e à destinação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do tempo total à promoção e difusão da participação política das mulheres.

Por fim, registre-se também que a Secretaria Judiciária deverá cumprir o disposto no art. 32 da Resolução TSE nº 23.679/2022 (disponibilização do calendário), e o órgão partidário deverá:

- Comunicar às emissoras escolhidas, com antecedência mínima de 7 (sete) dias da primeira veiculação, seu interesse na transmissão, acompanhado da cópia desta decisão e do mapa de mídia;

- Entregar as inserções às emissoras em dias úteis, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do início da transmissão; e

- Juntar aos autos, no PJe, arquivo com o conteúdo das inserções, no prazo de 5 (cinco) dias após a primeira veiculação de cada peça de propaganda partidária.

Ante todo o exposto e em consonância com o parecer do Ministério Público Eleitoral, com fundamento no art. 8º, § 5º, da Resolução TSE nº 23.679/2022, DEFIRO o pedido formulado pelo Diretório Estadual do PARTIDO PODEMOS (PODEMOS/TO), autorizando a veiculação da propaganda partidária gratuita, sob a forma de inserções, para o primeiro semestre do ano de 2026, nas datas constantes no Relatório de Inserções de Propaganda Partidária (ID. 10201460), devendo o partido guardar fiel observância ao disposto nos arts. 50-A a 50-D da Lei nº 9.096/1995. Publique-se. Intimem-se.

À SJI para as providências necessárias.

Palmas-TO, datado e assinado eletronicamente.

Desembargador JOÃO RODRIGUES FILHO

Relator

PROPAGANDA PARTIDÁRIA(11536) Nº 0600193-33.2025.6.27.0000

PUBLICAÇÃO EM : 02/12/2025

PROCESSO : 0600193-33.2025.6.27.0000 PROPAGANDA PARTIDÁRIA (Palmas - TO)

RELATOR : Gabinete Vice-Presidência - Desembargador João Rodrigues Filho

FISCAL DA LEI : PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

REQUERENTE : PT - DIRETORIO REGIONAL

ADVOGADO : GIOVANNA PIAZZA PINHEIRO (8720/TO)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

VICE-PRESIDÊNCIA/CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

PROPAGANDA PARTIDÁRIA (11536) - [Veiculação de Propaganda Partidária - Em Inserções]

Processo nº 0600193-33.2025.6.27.0000

REQUERENTE: PT - DIRETORIO REGIONAL

ADVOGADO: GIOVANNA PIAZZA PINHEIRO - OAB/TO8720

FISCAL DA LEI: PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

RELATOR: DESEMBARGADOR JOÃO RODRIGUES FILHO

DECISÃO

Requerimento formulado pelo Diretório Estadual do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT/TO), protocolado em 1º de novembro de 2025, para veiculação de Propaganda Partidária Gratuita no rádio e na televisão, na modalidade de inserções, referente ao primeiro semestre de 2026. O pedido foi realizado por meio do Sistema de Gerenciamento de Propaganda Partidária Gratuita - SisAntena.

A Secretaria Judiciária e Gestão da Informação informou que o pedido se baseia na legislação federal e normas eleitorais, incluindo a Lei nº 9.096/1995 (alterada pela Lei nº 14.291/2022), a Resolução TSE nº 23.679/2022 e a Portaria TSE nº 460/2025, que divulgou a atribuição do tempo de propaganda. O cumprimento da cláusula de desempenho e a proporção de tempo são aferidos conforme os Anexos I e II da Portaria TSE nº 460/2025.

O Ministério Público Eleitoral (MPE) manifestou-se pelo deferimento do pedido.

É o relatório. Decido.

O requerimento está tempestivo, pois foi protocolado dentro do prazo de 1º a 14 de novembro, previsto no art. 6º, inciso I, da Resolução TSE nº 23.679/2022, para veiculação no primeiro semestre do ano seguinte.



Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins

SisAntenaTO Módulo interno

Relatório de Inserções de Propaganda Partidária

Ano: 2026

Semestre: 1

Emitido em: 04/11/2025 às 14:56:02

Importante: As informações deste relatório são dinâmicas e poderão ser atualizadas sempre que houver novos julgamentos.

Mês	Data	Dia Semana	Minutos									
			1		2		3		4		5	
			30s	30s	30s	30s	30s	30s	30s	30s	30s	30s
Janeiro	02	6ª										
Janeiro	05	2ª										
Janeiro	07	4ª										
Janeiro	09	6ª										
Janeiro	12	2ª										
Janeiro	14	4ª										
Janeiro	16	6ª										
Janeiro	19	2ª										
Janeiro	21	4ª										

Janeiro	23	6ª											
Janeiro	26	2ª											
Janeiro	28	4ª											
Janeiro	30	6ª											
Fevereiro	02	2ª											
Fevereiro	04	4ª											
Fevereiro	06	6ª											
Fevereiro	09	2ª											
Fevereiro	11	4ª											
Fevereiro	13	6ª											
Fevereiro	16	2ª											
Fevereiro	18	4ª											
Fevereiro	20	6ª											
Fevereiro	23	2ª											
Fevereiro	25	4ª											
Fevereiro	27	6ª											
Março	02	2ª											
Março	04	4ª											
Março	06	6ª											
Março	09	2ª											
Março	11	4ª											
Março	13	6ª											
Março	16	2ª											
Março	18	4ª											
Março	20	6ª											
Março	23	2ª											
Março	25	4ª											
Março	27	6ª											
Março	30	2ª											
Abril	01	4ª											
Abril	03	6ª											
Abril	06	2ª											
Abril	08	4ª											
Abril	10	6ª											
Abril	13	2ª											
Abril	15	4ª											
Abril	17	6ª											
Abril	20	2ª											
Abril	22	4ª											
Abril	24	6ª											
Abril	27	2ª											

Abril	29	4ª											
Maio	01	6ª											
Maio	04	2ª											
Maio	06	4ª											
Maio	08	6ª											
Maio	11	2ª											
Maio	13	4ª											
Maio	15	6ª											
Maio	18	2ª											
Maio	20	4ª											
Maio	22	6ª											
Maio	25	2ª											
Maio	27	4ª											
Maio	29	6ª											
Junho	01	2ª											
Junho	03	4ª											
Junho	05	6ª											
Junho	08	2ª											
Junho	10	4ª											
Junho	12	6ª											
Junho	15	2ª	PODE	PODE	PODE								
Junho	17	4ª	PODE	PODE	PODE	PODE							
Junho	19	6ª	PODE	PODE	PODE	PODE							
Junho	22	2ª	PODE	PODE	PODE								
Junho	24	4ª	PODE	PODE	PODE								
Junho	26	6ª	PODE	PODE	PODE								
Junho	29	2ª											